

* Mestre pela
Universidade Estadual
de Maringá. Pedagoga
na rede Estadual do
Paraná. E-mail:
suelicomar@bol.com.br

** Professora do
Departamento de
Fundamentos da
Educação e do PPE. In
Memorian.

Correspondência:
Address:
Rua Dr. Cicero Vidigal
CEP-87200000 Posto
de correio de Vidigal
Vidigal - Distrito de
Cianorte -PR.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO CONTEXTO DA CRISE SOCIAL DO SÉCULO XIX

THE INSTITUTIONALIZATION OF PUBLIC SCHOOLS IN THE
CONTEXT OF THE SOCIAL CRISIS OF THE 19TH CENTURY

Sueli Ribeiro Comar*
Aparecida Marcianinha Pinto**

Resumo

Analisar a institucionalização da escola, só é possível, se inserida nas transformações do mundo do trabalho. Isto porque a medida que o modo de produção capitalista foi se estruturando, conseqüentemente, necessitou utilizar-se da instituição escola como um subterfúgio para a sua manutenção e perpetuação. Portanto, reiteramos que a institucionalização da escola pública no século XIX, não nasceu dos anseios da classe trabalhadora, mas foi, antes de tudo, uma necessidade da burguesia enquanto classe dominante. Partindo desse propósito, o objetivo do artigo é mostrar, subsidiado pelos grandes teóricos, o caminho histórico dessa entidade, considerando que esses viveram e analisaram o que estava posto em seus respectivos períodos que ainda hoje contribuem com os reflexos não como verdades absolutas, mas, antes de tudo, instrumento de reflexão. Partindo dessa reflexão, podemos traçar um comparativo, porque ainda hoje a escola é conclamada como a panacéia da sociedade. Confirmando a teoria de que a cada crise do capital as reformas educacionais são efetivadas, porque a escola foi e ainda é a grande aliada do estado burguês.

Abstract

Analyzing the institutionalization of the school is only possible, if it is seen in a context of the changes in the world of work. This is because as the capitalist means of production was being structured, consequently it needed to use the school institution as a subterfuge for its maintenance and perpetuation. We reiterate, therefore, that the institutionalization of the public school in the 19th century did not emerge from the desire of the working

Artigo recebido em:
30/03/2006
Aprovado em:
19/01/2007

class, but was, above all, a need of the bourgeoisie as the dominant class. Based on this proposal, this article seeks to show, supported by the major theoreticians, the historical development of this institution, bearing in mind that these theoreticians lived in, and analyzed what was in, their respective periods, and still contribute reflections, not as absolute truths, but above all, as a tool for reflection. From this reflection we can make a comparison, revealing why schools nowadays are still hailed as the panacea of society. This confirms the theory that for every crisis of capitalism, educational reforms are effected, because the school institution was, and still is, the great ally of the bourgeois state.

Palavras-chave

Escola; Trabalho; Capitalismo.

Keywords

School, Work, Capitalism.

Introdução

Para apreender o processo de institucionalização da escola pública faz-se necessário abordar, primeiramente, os aspectos políticos e econômicos que estão ligados ao nascimento e desenvolvimento da sociedade capitalista contemporânea. Assim, interessa-nos discutir com autores que viveram períodos sociais conflitantes e, conseqüentemente, o escreveram e o descreveram como Tocqueville, Guizot, Constant, Marx entre outros também presentes nessa análise. Com um olhar muito especial, cada um, a seu modo, traçou suas concepções sobre liberdade, educação, moral, cidadania, religião e, imbuídos na discussão de questões pertinentes ainda na contemporaneidade, os pensadores, aqui mencionados, lançaram a base para a organização de um sistema educacional no momento em que a crise do modo de produção social exigia uma saída por parte da burguesia. Portanto, o discurso anunciava a educação como reprodutora e mantenedora de um ideal hegemônico.

Ao se referir às idéias que moveram os pensadores do passado e que atuaram em seus contextos, pretende-se, antes de tudo, reconhecê-los

como expositores de sistemas racionais, coerentes com uma época em que se via estabelecer uma nova concepção de vida, de homem, de relacionamentos sociais, de religião, de política e de economia.

Algumas das idéias, por eles lançadas, tornaram-se práticas e base filosófica de sistemas nacionais de educação, vistos como necessidades das nações modernas e liberais. A espreita das conquistas empreendidas e propagadoras desses ideais de sociedade promissora, essas nações precisavam encontrar formas de impedir qualquer abalo na sociedade liberal burguesa que lutava por manter-se como classe dominante. Neste contexto, a educação passa a ser um fator de organização social, por meio da qual se poderia preparar os homens para o exercício dos ideais, principalmente, burgueses.

Sendo assim, entender a institucionalização da escola pública no contexto da crise social do século XIX, é o objetivo do trabalho intelectual que ora se inicia.

Desenvolvimento

Compreender a estruturação da escola pública no século XIX só é possível se inserirmos essa análise no movimento de produção e reprodução da vida social que é historicamente construída pelos homens, “o caráter social é o caráter universal de todo movimento, assim como a sociedade produz o homem enquanto homem, assim, ela é produzida por ele” (MARX, 2002, p. 139). Portanto, as transformações que apontam para o desenvolvimento das forças de trabalho ou aquelas que apontam as formas diferenciadas do homem se produzir, constituem a própria história. Exatamente porque o homem se produz ao produzir as diferentes formas de trabalho é que ele, nestas formas específicas, cria instrumentos materiais diferenciados que correspondem aos distintos modos de produzir.

É pela análise histórica que se percebe o processo de correlação das forças produtivas, um determinado modo de produção só é superado quando não responde mais aos anseios de um dado momento. Neste sentido, se o modo de produção em debate surgiu das ruínas do modo de produção feudal, é porque este já havia esgotado todas as suas possibilidades.

Buscando responder as questões dadas pelas novas relações de trabalho, é que o capitalismo se efetivou enquanto modo de produção. Assim, a classe burguesa mostrou-se revolucionária, principalmente, a partir dos séculos XVII e XVIII, levada pela necessidade de criar novos mercados e romper com os laços feudais. A forma de ser da produção, os revolucionários instrumentos mostraram ao mundo a imposição dos preceitos burgueses:

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação à rural e arrancou assim uma parte considerável da população do embrutecimento da vida rural. Assim como subordinou o campo à cidade, subordinou os países bárbaros e semibárbaros aos países civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (MARX, s.d, p. 25. V. 1).

Com a introdução da máquina na produção ocorreu o desenvolvimento das forças produtivas. Como consequência, a burguesia se consolidou, mais amplamente, como classe dominante. Isto porque, ao mesmo tempo em que seu poder se materializava na forma de riquezas deixava, concomitantemente, um rastro de misérias. Marx contribui para a análise ao discorrer sobre o desenvolvimento da forças produtivas, anunciadas primeiramente como um grande benefício para a classe trabalhadora e que, provado historicamente, serviu antes de tudo para atender aos anseios do capitalismo:

Tornou-se agora uma verdade comprovada por todo espírito imparcial-e só negada por aqueles cujo interesse é manter os outros num paraíso ilusório- que não havia aperfeiçoamento de maquinaria, aplicação de ciência à produção, inovação nos meios de comunicação, novas colônias, emigração , abertura de mercado, comércio livre, nem tudo isto somado, que pudesse acabar com a miséria das massas trabalhadoras; mas que sobre as bases falsas que hoje existem, todo novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho tem forçosamente que tender a aprofundar os contrastes sociais e aguçar os antagonismos sociais (MARX, s.d, p. 317, V.1).

A crise no modo de produção fez com que a Europa buscasse nos ideais intelectuais e econômicos um discurso de “liberdade, igualdade e fraternidade”, porém quando a revolução se consolida, esses princípios tornaram-se mera ideologia da classe burguesa. Na realidade, o discurso Liberal do referido contexto tentou ocultar as contradições criadas em seu âmago, toda contradição entre o homem e o trabalho deveria ser posta de forma natural.

Simultaneamente, enquanto ocorria o desenvolvimento das forças produtivas, que desencadeou na grande indústria, a sociedade pautada nas relações de trabalho assalariado vai evidenciando um conjunto de

contradições, uma vez que o homem proletário não poderia desfrutar das riquezas e mercadorias produzidas, pois, ficara excluído do processo produtivo. Para a burguesia, o agravamento desse quadro tornava-se um perigo, visto que a grande massa de proletários sem trabalho seria uma ameaça para as suas bases, como afirmou Marx:

As armas de que serviu a burguesia para abater o feudalismo, voltam-se agora contra a própria burguesia [...]. A burguesia não forjou somente as armas que lhe darão a morte; produziu também os homens que manusearão essas armas -os operário modernos, os proletários (MARX, s.d, p. 26. V. 1).

A revolução do proletariado foi vista como uma possibilidade para a superação das condições em que vivia a classe trabalhadora . Ao analisar este desenvolvimento da sociedade burguesa, Marx defende a idéia de que a classe capaz de encaminhar a riqueza no sentido de seu desenvolvimento, portanto, sem que a barbárie a consumisse, era unicamente, o proletariado. Inserido nessa luta, dizia Marx, só o proletariado interessava-se por desintegrar-se como classe, e esse processo estava condicionado à liberação da riqueza já expressa como capital.

Este e outros fatores fizeram com que a burguesia comesçasse a se organizar no sentido de amenizar um processo revolucionário, “oportunizando” aos muitos homens sem trabalho a possibilidade de se apropriarem de alguma maneira das riquezas produzidas pela forma burguesa de produção.

O embate que se travou revela-nos que a luta de classes se efetivou em meio a duas instâncias, a da classe trabalhadora e da burguesia. Essa tendência a uma crise eminente fez com que a burguesia percebesse um “perigo mortal”. “Tal é, senhores, a minha convicção profunda; creio que dormimos no momento em que estamos sobre um vulcão, disso estou profundamente convencido” (TOCQUEVILLE, 1977, p. 582). Ao alertar a burguesia, Tocqueville, julgava necessário educar os homens para uma prática condizente com os preceitos burgueses. Portanto, como outros contemporâneos seus, vê na religião um meio de moldar e submeter o homem moderno às mudanças que estavam despontando na sociedade daquele período. Isto porque, tais mudanças ocorridas nas relações de produção, fizeram com que muitos valores se perdessem, assim, procura uma forma de unir a prática burguesa aos preceitos do cristianismo.

Frente aos acontecimentos sociais a burguesia sentia que o acúmulo de riqueza em suas mãos deixara a margem milhões de trabalhadores e, por

isso, seria necessária uma outra forma de se impor. Essa real necessidade foi percebida por Pecaute (1879, p. 02):

[...] abandonados há muito tempo às influências perniciosas, e que acabam por mostrar de quais esforços teriam sido capazes se tivessem sido há mais tempo melhor orientados. Esses gritos de ódio selvagem contra os proprietários e contra o clero não lhe perturbam alma? Uma civilização que chega a tão furiosa excomunhão de uma numerosa classe contra outras classes, não tem ela nada de grave a se reprovar?

Portanto, é viável dizer que, quando a burguesia se consolidou, não era de seu interesse a conquista de um poder transitório, mas perene. É desse ideal que, no século XIX, a burguesia se organizou para resolver os seus conflitos, ou seja, por meio de concessões feita a classe trabalhadora. Isso seria condição fundamental para a continuidade de seus ideais. Investido de poder, o capitalismo mostraria ao mundo que este “não tem pátria” e viu no processo imigratório um meio de se “libertar” da mão de obra excedente:

Para o proletariado a emigração é a solução material da miséria, para o estado é o remédio do pauperismo! Poucos governos há com efeito na Europa, que não tenham valido da emigração como um paliativo, indireto mas eficaz, à densidade de população, aos acréscimos da miséria, às crises industriais (QUEIROZ, 1979, p. 35).

Essa iniciativa burguesa justifica, ao longo da história, a utilização de instrumentos que perpetuem o seu domínio. Como a imigração, a educação capitalista sempre permeou os prós e contras da luta entre os burgueses e os proletários. Entretanto, foi a educação o ponto culminante dos interesses burgueses, o que explicita que a institucionalização escolar, como forma de reprodução de um ideal da classe dominante, tornou-se uma necessidade, principalmente, a partir do século XIX.

Para o pensamento Liberal da época, o homem agora “livre”, diferente das relações feudais (servo e escravos), deveria ser formado levando-se em conta os princípios morais, de cidadão. A expressa liberdade tratada nessa reflexão é contraposta se pensada que a medida que se instaura a liberdade individual, se extingue o conceito de bem comum. Para Constant (1980), o perigo da liberdade moderna é que, absorvidos no gozo de nossa independência privada e na perseguição de nossos interesses particulares, nós renunciamos muito facilmente ao nosso direito de partilha do poder político. Há muita coerência na comparação do termo “liberdade” entre os antigos e modernos, feita por Constant, pois tanto a guerra como o comércio seriam fontes para atingir o mesmo objetivo: conseguir o que

se deseja. Contudo, aos antigos instaurava-se uma liberdade comum, visto que se sujeitavam ao coletivo nas menores particularidades. Para os modernos, a liberdade é individual e na medida em que o comércio se expande, como uma “guerra sem sangue”, as relações se estreitam.

Inserida neste contexto burguês e formalizada com o intuito de modernidade a escola não inseriu em primeiro plano o aspecto cultural, mas moral. Como enfatiza Foullée (s.d) o que importa, organizando o ensino, é não esquecer a verdadeira meta que é a de transmitir à nova geração a heranças das grandes idéias morais e cívicas. Salienta-se que a presente citação revela um antagonismo do capitalismo ao propor a formação do homem bom. A prática capitalista é corrompida, mas à escola cabe formar o homem ordeiro e moral.

Nessa trajetória, as discussões estavam voltadas para a necessidade de formar um homem “ideal”, encontramos também em Compayré (1908, p. 01) uma referência a escola moral, tanto que para ele, “ a educação moral é mais importante ainda que a educação intelectual”.

Outro aspecto do período aqui discutido, é a instituição da escola laica. Se, no modo de produção feudal, a Igreja era soberana ao Estado, na modernidade ocorre uma transposição de papéis, uma vez que, tanto a religião quanto a escola, estariam a serviço do poder hegemônico. Assim sendo:

A burguesia, ao romper com a Igreja do Estado, não destruiu a religião, pelo contrário, concedeu liberdade religiosa, pois tem a necessidade de fé no sobrenatural para ligar indivíduos isolados e fazer com que eles se resignem, ao voltar suas misérias e sofrimentos deste, para outro mundo (LEONEL, 1994, p. 159).

Considera-se que para a elaboração teórica dessa questão, ou seja, a laicidade da escola pública, as idéias de Guizot(1872) e Ferry(1945) são muito pertinentes. Os referidos estudiosos referendam o ensino religioso e moral como um meio de conter as possíveis revoltas da classe excluída pelo sistema. Especificamente, Guizot (1872, p. 03) considerou a falta de religião o motivo de conflitos vividos pela sociedade:

E desde que o homem deixa de crer que é assim, quer dizer de crer na ordem sobrenatural e de viver sob a influência dessa crença, logo a desordem entra no homem e nas sociedades dos homens, e aí faz os estragos que os conduzirão infalivelmente a sua ruína se, pela sábia bondade de Deus, o homem não estivesse limitado nos seus erros e fora do estado de se preservar de forma absoluta ao império da verdade, mesmo quando a desconhece.

Assim, Guizot busca a solução para os problemas de seu tempo, fora da estruturação social. A liberdade religiosa pressupunha a liberdade individual, que se constituiu, na época, as bases do liberalismo.

A burguesia, na tentativa de fazer concessões ao proletariado, proclama a bandeira da escola para todos. Esta, por sua vez, foi deferida como uma possibilidade de ascensão aos que estavam à margem do processo. No entanto, seu verdadeiro ideal era o de oferecer o mínimo, o básico. Segundo Croiset(1903, p. 04),

A educação científica da qual nós iremos nos ocupar nesse momento não é aquela dos especialistas: é aquela da multidão, quer dizer de todo mundo. Ela reclama, parece, três coisas; 1. um mínimo de saber positivo; 2. bons hábitos de espírito; 3. algumas noções essenciais que se libertam do conjunto das descobertas da ciência.

Ao se transferir o discurso burguês, o qual subsidiou a institucionalização da escola pública no século XIX para o limiar do século XXI, verifica-se que, ainda hoje, a educação é utilizada como instrumento para perpetuar os valores de uma determinada classe. Neste sentido, os conteúdos por ela trabalhados não visam a uma mudança de consciência ou ao entendimento do movimento histórico. Max Nordau(1954, p. 80) expressou o papel da escola ofertada pela classe burguesa:

É preciso, pois, confessar que a escola, como a temos agora, prepara todas as coisas, exceto o êxito, única fonte da felicidade e do contentamento da imensa maioria dos homens. Os ideais da escola são inteiramente diversos dos do mundo; pode-se mesmo dizer que são opostos.

Nessa estreita relação entre a escola e os ideais do capitalismo, a educação é oferecida justamente para não permitir que o indivíduo viva de outra forma, onde os conteúdos voltados para a moral, a ética, a justiça e a solidariedade tornam-se ideais que nunca serão possíveis dentro da sociedade capitalista, mas propagadas como verdades a serem alçadas por todos.

Em consonância com o exposto até aqui, vale dizer que o capitalismo ao longo de sua trajetória vem atravessando a sucessivas crises, ao mesmo tempo em que busca novas formas para resolver os seus conflitos. O Estado assume papel fundamental, por isso, reveste-se, na contemporaneidade, da forma de Estado Neoliberal, entendido como reação e alternativa histórica, uma saída política, econômica, cultural para a superação dos impasses do capital.

A partir dos anos 90, dada a intensidade da crise do capitalismo, as atenções voltam-se para a educação básica, mais uma vez anunciada como meio de ascensão da classe trabalhadora. Tal ideário fica evidente na Conferência realizada em Jomtien, Tailândia “A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes” (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990. Art. 1º- 4).

O Estado Neoliberal, através de políticas assumidas como estratégias de governo, tem a intenção de eximir-se de suas funções e gastos:

Para que as necessidades básicas de aprendizagem para todos sejam satisfeitas, mediante ações de alcance muito mais amplo, será essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos privados e voluntários. Todos os membros da sociedade tem uma contribuição a dar, lembrando sempre que o tempo, a energia e os recursos dirigidos à educação básica constituem, certamente, o investimento mais importante que se pode no povo e no futuro de um país (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990, Art. 9º-1).

Nesta perspectiva, dois aspectos são pertinentes. O primeiro é que ao transferir para a sociedade civil e setor privado a responsabilidade pela educação, o Estado deixa de assumir gastos com esses setores. Nesse processo, torna-se Estado mínimo para as classes e máximo para o capital. O segundo é o que considera o desenvolvimento ligado apenas no plano individual, desprezando, assim, todo o movimento histórico que realmente é determinante das condições dadas. Desconsiderar este movimento significa desconsiderar o domínio do homem sobre suas condições de trabalho, é, na verdade, abandonar a própria história.

Para o Estado as políticas devem, necessariamente, colaborar para a organização do capital central, ou seja, o lucro. Mais especificamente, “o dinheiro é o valor de todas as coisas, constituído em si mesmo. Portanto, despojou o mundo inteiro de seu valor peculiar, tanto o mundo dos homens como a natureza” (MARX, s.d, p. 59). Assim, os serviços públicos são subestimados e considerados como ineficientes. O setor privado, por sua vez, se consolida como sinônimo de eficiência, qualidade e equidade. Essa falsa consciência foi construída ao longo da história e isso dificulta a luta da classe trabalhadora. Tal conclusão só é possível frente à grandeza das idéias dos pensadores até aqui estudados e o legado que após anos ou séculos eles ainda nos podem dar.

Cosiderações finais

Nas considerações finais dessa reflexão reitera-se que, não é objetivo da escola enquanto instrumento burguês, apreender o homem histórico e inserido em um movimento social amplo. Esse processo é reforçado pela falta de desmistificação das consciências que são levadas a acreditar nas disparidades como sendo naturais ou determinadas pela ausência de iniciativa individual.

Contribuindo para o referido discurso, a escola, firmada nos ideais burgueses, passa a ser considerada como um meio para o sucesso, o avanço e, principalmente, a transformação social. Nesse processo, as condições historicamente produzidas nas relações de trabalho são desconsideradas, pois, em nenhum momento, se discute a forma contraditória de organização da sociedade capitalista.

Outro aspecto é a maneira pela qual ao longo da história a burguesia levantou a sua bandeira de escola para todos, ofertando o básico, o mínimo em educação, o que justifica a formação de pessoas que não conseguem posicionar-se de forma crítica diante da realidade.

Por fim, o século XIX é considerado o século da educação por muitos estudiosos. Contudo, mais do que o século da educação, ele também pode ser visto e analisado como o século em que burgueses e proletários definiram suas relações. De um lado, a burguesia aprendeu a fazer concessões, a “dar” um pouco de seus benefícios, como condição de sobrevivência. Por outro, a classe trabalhadora contentou-se em reivindicar os seus direitos, tomando isso como uma grande conquista da sua história.

Referências

CONSTANT, B. **Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos**. (texto traduzido da obra *De la liberte chez les modernes*, Librairie Générale Française, França, 1980).

COMPAYRÉ, G. A educação moral. In: _____ **L'éducation intellectuelle et morale**. Paris: Librairie Classique Paul Delaplane, 1908.

CROISSET, A. As necessidades da democracia em matéria de educação. In: _____ **L'éducation de la démocratie**. Paris: Félix Alcan, 1903.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS (CONFERÊNCIA DE JOMTIEN-1990).

FERRY, J. Carta dirigida a los maestros por el ministro de instrução publica(1883.) In: **La escuela laica**. Buenos Aires: Lousada S.A, 1945.

FOULLÉE, A. A educação moral e cívica dos futuros professores. In: ____ **La conception morale et civique de L' enseignement**. Paris: Revue Blue.

GUIZOT, F. Prefácio de 1851. In: ____ **Meditations et etudes morales**. Paris. Didier et Cie. Librairie Editeurs, 1872.

LEONEL, Z. A fisionomia do século XIX e a criação dos sistemas nacionais de educação. In: **Contribuição à escola pública: elementos para a crítica da teoria liberal da educação**. 1994. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1994. cap. 3.

MARX, K. O manifesto do partido comunista. In: Marx, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, (19-).v. 1.

_____. Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: Marx, k; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, (19—)v.1.

_____. **A questão judaica**. São Paulo: Moraes, (198-).

_____. **Manuscritos econômico-filosófico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

NORDAU, M. A escola do êxito. In: ____ **Paradoxos**. Rio de Janeiro: Organizações Simões. 1954.

PECÁUT, F. Carta ao Senhor “X”, membro da Assenbléia Nacional. In: ____ **Études au jour sur L' education nationale 1871-1879**. Libraire Hachette, 1879.

QUEIROZ, E. de. **A imigração como força civilizadora**. Lisboa: Editora Perspectiva e Realidade, 1979.

TOCQUEVILLE, A. De. **Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, a 27 de janeiro de 1848...In: ____ Democracia na América, 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp,1977.**